

DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL

COORDENAÇÃO DE

JOEL SERRÃO

3

FIANÇA
LISBOA



FIGUEIRINHAS

Shi

COMPRA

FIANÇA

88558

FIANÇA (do latim *fiducia*) é o contrato pelo qual uma pessoa se obriga a pagar a outra uma determinada quantia em dinheiro, em favor de uma obrigação que esta tem para com o credor. É um contrato de garantia, pelo qual o credor transfere a posse da coisa que lhe serve de garantia ao devedor, para que este possa cumprir a obrigação. A fiança é um contrato de garantia, pelo qual o credor transfere a posse da coisa que lhe serve de garantia ao devedor, para que este possa cumprir a obrigação. A fiança é um contrato de garantia, pelo qual o credor transfere a posse da coisa que lhe serve de garantia ao devedor, para que este possa cumprir a obrigação.

Este contrato é celebrado entre duas partes: o credor e o devedor. O credor é a pessoa que presta o empréstimo ou a prestação de serviços, e o devedor é a pessoa que recebe o empréstimo ou presta os serviços. A fiança é um contrato de garantia, pelo qual o credor transfere a posse da coisa que lhe serve de garantia ao devedor, para que este possa cumprir a obrigação. A fiança é um contrato de garantia, pelo qual o credor transfere a posse da coisa que lhe serve de garantia ao devedor, para que este possa cumprir a obrigação.

DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL

dirigido por

JOEL SERRÃO



VOLUME III

FIANÇA

LISBOA

LIVRARIA FIGUEIRINHAS / PORTO



LIFAU

conde de Bolonha, que incluía Abril Peres e Rodrigo Sanches, filho natural de Sancho I, no decorrer do qual morreram estes dois últimos fidalgos.

LIFAU. FORTALEZA DE. Antiga praça, sede da autoridade portuguesa em Timor. Nos primeiros tempos dos portugueses nesta ilha era Lifau um dos mais importantes reinos indígenas, situado na parte oeste de Timor, cuja rainha Fr. António de S. Jacinto converteu ao cristianismo a «vinte e tantos de Julho de 1641, com quatro filhas, de que a maior era de treze anos; o seu filho herdeiro, a quem pôs o nome de D. Pedro; e muitos outros seus parentes». Com a perda de Larantuca, nas Flores, os portugueses começaram a transferir-se para Lifau, dando ali início à construção duma fortaleza, a que foi dado o nome de Fortaleza de S. João. Até 11 de Agosto de 1759 foi esta fortaleza a sede do governo português, tendo sido então abandonada pelo governador e capitão-geral, António José Teles de Meneses, retirando para Dili com a gente e material que pôde, forçado pelos indígenas rebelados por instigação dos Holandeses. Desde então a Fortaleza de S. João de Lifau começou a cair, pouco a pouco, em ruínas, e hoje não passa dum lugar desabitado, onde se vêem a custo alguns restos dos antigos muros. Conserva-se no Arquivo Histórico Ultramarino uma planta desta antiga fortaleza com a legenda «Planta da fortaleza da praya de Liphao de 200 pes portugueses de polígono exterior».

[A. B. DE S.]

BIBL.: Afonso de Castro, *As Possessões Portuguesas na Oceania*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867. Artur Basílio de Sá, *Insulindia (Documentação)*, vol. iv, p. 511.

LIGA DE ACCÇÃO NACIONAL (1908). Associação fundada em 1908 «com o fim de imprimir uma vida nova de trabalho produtivo à sociedade portuguesa, promovendo a transformação moral, a refundição de todo o ensino, o fomento económico (incluindo novos processos de colonização), a reorganização financeira, a educação cívica e as reformas sociais, no sentido de uma política nacional que, resolvendo a crise presente, garanta a independência, a prosperidade e o progresso da Nação, e permita realizar o máximo de condições favoráveis à legítima expansão das actividades individuais». Teve a sua sede na Faculdade de Ciências de Lisboa. Presidiu-a Pedro José da Cunha e secretariou-a António Sérgio e Francisco Reis Santos. Realizou várias conferências e teve como órgão a revista *Pela Grei*.

[A. R. M.]

LIGA DE EDUCAÇÃO NACIONAL (1905-1910). Associação tendo por fim «contribuir para que Portugal pela utilização metódica dos recursos próprios e das boas relações internacionais, possa atingir o seu máximo valor moral e político e realizar o máximo de condições favoráveis à plena expansão das actividades individuais» (dos Estatutos). «Interessada a opinião pública, tornando-a consciente, começará então o trabalho verdadeiramente construtivo que consistirá em lançar as bases da educação nacional, na sua completa integração, sob os seus aspectos fundamentais — físico, intelectual e moral, criando o verdadeiro ensino superior, transformando radicalmente o secundário, difundindo o primário e aperfeiçoando o técnico, — tudo isto em relação íntima com as nossas necessidades e com o espírito da civilização moderna.» (Do *Programa*.) Tinha a sua sede na Sociedade de Geografia de Lisboa. Realizou numerosas sessões. Instituiu cursos livres, promoveu conferências, questionários e inquéritos. Fez representações ao Parlamento. Teve núcleos académicos nos liceus e nas escolas técnicas e superiores. Foram seus presidentes: Carlos Belo de Moraes (da comissão administrativa), Zófimo Consiglieri Pedroso (da comissão de educação e ensino), Aníbal Bettencourt (da comissão do boletim e da revista) e Rui Teles Palhinha (da comissão de propaganda), e seus secretários: Francisco Reis Santos e José de Magalhães. Entre os seus sócios fundadores figuraram os nomes de Afonso Lopes Vieira, Anselmo Braamcamp Freire, António Arroio, António Aurélio da Costa Ferreira, António Sá Oliveira, Francisco Silva Teles, João Barreira, José Fialho de Almeida, José Trindade Coelho. A sua actividade exerceu-se de 1905 a 1910, sendo inaugurada em 10 de Junho de 1908, na Sala Portugal da Sociedade de Geografia, com uma conferência do secretário Francisco Reis Santos.

[A. R. M.]

LIGA PATRIÓTICA DO NORTE (1890). Associação de cidadãos portugueses, constituída (por ocasião do ultimato inglês) em 1890, com sede no Porto, a que correspondeu a Liga Patriótica do Sul, com sede em Lisboa. Tinha por fim «promover a defesa material, o fomento económico, a reorganização financeira e todos os progressos que melhor garantam no futuro a independência e prosperidade da Nação». A comissão organizadora e instaladora da Liga era constituída por Antero de Quental (presidente), Francisco Reis Santos e João de Ramos (secretários) e José Pereira de Sampaio e Basílio Teles (relatores). Entre os